



TERMO DE CONTRATO Nº
112200001/2022 QUE CELEBRAM A FUNDO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
CAMPESTRE A EMPRESA CONFAL
REPRESENTAÇÕES EIRELI, inscrita no
CNPJ sob o nº 36.618.574/0001-75,
CONFORME SEGUE.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPESTRE através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPESTRE** inscrito no CNPJ nº 30.711.612/0001-53, Rua do Edson da Gama Peixoto, S/N, Centro CEP 57.968-000, Campestre – AL, neste ato, representado pelo seu Gestor, Sr. **Eudes Araújo de Lima**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade de nº 1333168SSP/AL, e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.995.094-00 residente e domiciliado na Rua Edson da Gama Peixoto, 148, em Campestre-AL, denominada **CONTRATANTE**. Outra parte A empresa CONFAL REPRESENTAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 36.618.574/0001-75, com sede na Av. da Paz, nº 1388, sala 109, Centro – Maceió/AL, CEP 57.020-440, neste ato representada pelo Sr. **CLAUDEMIR JOAQUIM DE MELO**, brasileiro, portador da Carteira Nacional de Habilitação de nº 03483302433, expedida pelo DETRAN/AL, inscrito no CPF sob o nº 939.303.994-15, doravante designada **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições do edital de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2022 e Ata de Registro de Preços nº. 28/2022, ambos da ATA DE ADESÃO 002/2022, na Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, alterado pelo Decreto nº 9.488/2018, subsidiariamente pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações e nos procedimentos para licitação, acordam o presente contrato, de acordo com o que segue:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de utensílios para uso comum dos alunos da rede municipal de Campestre, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência.

1.2. Discriminação do objeto:

LOTE 1					
ITEM	QUANT. DE KITS	Nº REFERÊNCIAL	OBJETOS QUE COMPÕE O KIT	MEDIDA	QUANT. POR KIT
1	2000	1.1	Bandeja plástica	Un	1
		1.2	Copo plástico	Un	1
		1.3	Caneca plástica	Un	1
		1.4	Cumbuca plástica	Un	1
		1.5	Colher plástica	Un	1
		1.6	Garfo plástico especial	Un	1
		1.7	Faca plástica	Un	1
		1.8	Prato plástico	Un	1

2.0 Descritivo Referencial:

CLAUDEMIR JOAQUIM
DE MELO:93930399415

Assinado de forma digital por
CLAUDEMIR JOAQUIM DE
MELO:93930399415
Dados: 2023.01.10 10:54:18 -03'00'



ITEM	DESCRIPTIVOS DOS OBJETOS QUE COMPÕE O KIT
1.1	Bandeja plástica, medindo 330x390 mm, produzida com polipropileno virgem, atóxico, resistente a 100 C° com cinco divisórias para acondicionar os utensílios de alimentação. Modelo deverá conter o nome do Município cravado em Alto Relevo, como forma de personalização.
1.2	Copo plástico, Copo plástico, produzida com polipropileno virgem, atóxico. Modelo liso nas partes internas e externas (sem friso), empilhável, com altura de 100 mm, espessura de 2 mm, com capacidade para 300ml, resistente 100°C, por 20 minutos. Modelo deverá conter o nome do Município cravado em Alto Relevo, como forma de personalização. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA;
1.3	Caneca plástica, produzida com polipropileno virgem, atóxico. Modelo liso nas partes internas e externas, (sem friso), empilhável. Com pigmentação homogênea em todas as peças, acabamento brilhante, resistente a temperatura de 100C°, por 20 minutos. Medidas: altura 86mm diâmetro externo 83mm, diâmetro interno 77mm. espessura da boca 3,0mm, altura da alça 52mm, largura 15mm, graduada de 50 a 200ml, com capacidade para 300ml. Modelo deverá conter o nome do Município cravado em Alto Relevo, como forma de personalização. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA;
1.4	Cumbuca plástica, produzida com polipropileno virgem, atóxico. Modelo liso nas partes internas e externas (sem friso), empilhável. Com pigmentação homogênea em todas as peças, acabamento brilhante, resistente a temperatura de 100C°, por 20 minutos. Medidas: altura 51 mm, espessura 2,5mm, diâmetro de boca 109 mm, diâmetro da base 70 mm, largura da aba 11,5mm., com capacidade para 350 ml. Modelo deverá conter o nome do Município cravado em Alto Relevo, como forma de personalização. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA;

CLAUDEMIR JOAQUIM
DE MELO:93930399415

Assinado de forma digital por CLAUDEMIR
JOAQUIM DE MELO:93930399415
Dados: 2023.01.10 10:54:41 -03'00'



1.5	Colher plástica especial, comprimento total 169 mm, comprimento da concha 45mm, largura da concha 36 mm, espessura da concha 2,5 mm, comprimento do cabo 120 mm, espessura do cabo 5, mm, com capacidade para 10 ml. produzida com polipropileno virgem, atóxico, resistente a 100C°, por 20 minutos. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA;
1.6	Garfo plástico especial, comprimento total 197 mm, com 4 dentes, cabo 130mm, espessura do cabo 5,8 mm Produzida com polipropileno virgem, atóxico, resistente a 100C°, por 20 minutos. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA;
1.7	Faca plástica especial, comprimento total 197 mm, espessura do cabo 5,8 mm, produzida com polipropileno virgem, atóxico, resistente a 100C°, por 20 minutos. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA;
1.8	Prato plástico, produzido com polipropileno virgem atóxico. Modelo liso nas partes internas externa (sem frisos), com formato interno arredondado, largura da aba 14,5 diâmetro interno da boca 200mm., diâmetro externo 229mm., altura 30,0 empilhável. Espessura de 2,3mm, com capacidade para 600ml, pigmentação homogênea em toda a peça, acabamento brilhante, resistência a temperatura 100° por 20 minutos. Modelo deverá conter o nome do Município cravado em Alto Relevo, como forma de personalização. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA;

3 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

3.1. Este Termo de Contrato tem prazo de vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

4 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

4.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 142.380,00 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e oitenta reais). Referente a 2000 kit's valor unitário 71,19 (setenta e um reais e dezenove centavos).

CLAUDEMIR JOAQUIM
DE MELO:93930399415

Assinado de forma digital por
CLAUDEMIR JOAQUIM DE
MELO:93930399415
Dados: 2023.01.10 10:55:04 -03'00'



4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.0 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da PREFEITURA DE OLIVENÇA/AL, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

ÓRGÃO: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 0100 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.0100.12.361.00011.020

ELEMENTO DE DESPESA: 3.4.4.0.52. EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

6.0 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

6.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

6.4 Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.

6.4.1. Deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.

6.5 Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o



recebimento de seus créditos.

6.7 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

6.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

6.9 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente.

6.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento

7. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE ALTERAÇÕES

7.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

7.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993

7.3. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8. CLÁUSULA SÉTIMA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela Contratada e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência e na proposta.

8.2. A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento da Ordem de Execução.

8.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5(cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



8.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5.1. Na hipótese de não se proceder à verificação a que se refere o subitem anterior dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato

9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de referência e na proposta.

9.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

9.4.1. Os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

9.4.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

9.4.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais, equipamentos e utensílios utilizados;

9.4.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

9.4.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

9.4.6. A satisfação da Administração usuária.

9.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar

CLAUDEMIR JOAQUIM
DE MELO:93930399415

Assinado de forma digital por
CLAUDEMIR JOAQUIM DE
MELO:93930399415
Dados: 2023.01.10 10:56:15 -03'00'



à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

10.2. São obrigações da Contratada:

10.2.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

10.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**CLAUDEMIR JOAQUIM
DE MELO:93930399415**

Assinado de forma digital por
CLAUDEMIR JOAQUIM DE
MELO:93930399415
Dados: 2023.01.10 10:56:40 -03'00'



- 10.2.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.2.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 10.2.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 10.2.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;
- 10.2.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.2.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.2.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.2.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.2.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

CLAUDEMIR JOAQUIM
DE MELO:93930399415

Assinado de forma digital por
CLAUDEMIR JOAQUIM DE
MELO:93930399415
Dados: 2023.01.10 10:57:08 -03'00'



- 11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. Não manter a proposta;
- 11.1.7. Criar de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
- 11.1.8. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- 11.1.9. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- 11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas no Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.
- 11.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 11.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.
- 11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

- 12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa

CLAUDEMIR JOAQUIM
DE MELO:93930399415

Assinado de forma digital por
CLAUDEMIR JOAQUIM DE
MELO:93930399415
Dados: 2023.01.10 10:57:32 -03'00'



jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à Contratada:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante segundo as disposições contidas

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Campestre/AL.

15.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo contratual foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Campestre, 09 de janeiro de 2023.

CLAUDEMIR
JOAQUIM DE
MELO:93930399415

Assinado de forma digital por
CLAUDEMIR JOAQUIM DE
MELO:93930399415
Dados: 2023.01.10 10:57:57
-03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua do Comércio, s/n | Centro | CEP 57.968-000 | CNPJ nº 30.711.612/0001-53

Eudes Araújo de Lima

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EUEDES ARAÚJO DE LIMA
CONTRATANTE

CLAUDEMIR JOAQUIM
DE MELO:93930399415

Assinado de forma digital por
CLAUDEMIR JOAQUIM DE
MELO:93930399415
Dados: 2023.01.10 10:58:21 -03'00'

CONFAL REPRESENTAÇÕES EIRELI
CONTRATADA

[Signature]

TESTEMUNHA CPF Nº 095.236.364-05

Abilton Henrique L. Santos

TESTEMUNHA CPF

127.545.0624-216